



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA**

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25/06/2018
(Contém folhas)

ATA Nº 15

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:		
Vereador:		
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
	João dos Santos Alves	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 25/06/2018

ATA Nº 15

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência da Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Senhor Vereador João dos Santos Alves, por motivos de ordem profissional. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 11 de junho de 2018 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - IINFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

Reunião do Conselho de Ministros em Pampilhosa da Serra

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo que o Conselho de Ministros reunirá na Vila de Pampilhosa da Serra, no próximo dia 14 de Julho de 2018, no edifício da Câmara Municipal. -----

1.1.1 - Câmara Municipal de Pombal - Posição pública que o Município de Pombal tomou sobre o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos

----- Foi presente uma comunicação remetida pelo Presidente da Câmara Municipal de Pombal, na qual dá conhecimento da posição pública que o Município de Pombal tomou sobre o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósito, através de uma



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Nota Informativa. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, manifestar à Câmara Municipal de Pombal a sua solidariedade para com a posição pública assumida, face às medidas que vêm sendo tomadas no encerramento de balcões da CGD. -----

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 – Ofício da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Pampilhosa da Serra – Nomeação de novo elemento para a CPCJ de Pampilhosa da Serra

----- A Câmara Municipal deliberou retirar o assunto supramencionado da Ordem de Trabalhos. -----

2.1.2 – Contrato de cessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo

----- Foi presente a seguinte proposta do Senhor Vice-Presidente: -----

----- " Considerando que o contrato de cessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo foi assinado no dia 09/05/2018, já no decurso do mesmo os representantes da sociedade cessionária Cenários de Cor, Lda vieram alertar para o facto de alguns dos bens móveis e equipamentos (propriedade do Município e constantes dos Anexos I e II ao referido contrato) existentes na Receção, Bungalows, Lavandaria, Instalações Sanitárias e no Edifício de Apoio de Praia não se encontrarem em bom estado de funcionamento e condições de higiene; -----

----- Nessa sequência, no dia 18/05/2018 os Serviços de Fiscalização da Autarquia deslocaram-se ao local a fim de verificar o funcionamento e estado de conservação atual dos bens em questão; -----

----- Assim, tendo-se procedido ao exame dos referidos bens verificou-se que, efetivamente, alguns deles (os constantes da Informação Interna 2673, dos S. Fiscalização, integralmente reproduzidos na listagem anexa à presente) não se encontravam em bom estado de funcionamento e conservação, pelo que foram retirados do local e transportados para reciclagem; -----

----- Verificando-se, pois, que tais bens se encontram deteriorados pelo muito uso, por parte de inúmeras pessoas, dado terem estado afetos, há já alguns anos, ao funcionamento do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo e Edifício de Apoio de Praia, estando já obsoletos e sem qualquer utilidade para o funcionamento do referido Parque e do Edifício de Apoio de Praia ou para os serviços autárquicos ou



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

avariados/danificados sem recuperação possível; -----
----- Face ao exposto, atentas as disposições constantes da Norma de Controlo Interno, aprovada pela Câmara Municipal em reunião extraordinária realizada em 10/03/2016, tenho a honra de propor que os bens móveis constantes do anexo I à presente sejam abatidos ao inventário, por serem insuscetíveis de (re)utilização; ----
----- E porque a retirada de tais bens, pelas razões supra expostas, consubstancia, de facto, uma alteração ao contrato de cessão de exploração celebrado, porquanto do mesmo consta que o Município de Pampilhosa da Serra, no âmbito da cessão de exploração, disponibiliza os bens móveis e equipamentos (que constituem património municipal) discriminados nos seus Anexos I e II; -----
----- Com vista à salvaguarda dos direitos e deveres de ambas as partes decorrentes do referido contrato, tendo em conta que, entretanto e com a anuência da cessionária, foram adquiridos os bens julgados necessários (de iguais ou semelhantes características e constantes de anexo II à presente) para a reposição de parte dos bens ora retirados; -----
----- Por forma a conformar a realidade factual com o contratualmente redigido tenho a honra de propor à Câmara Municipal que, após apreciação, delibere aprovar a alteração dos Anexos I e II do contrato de cessão de exploração, mediante celebração de Adenda ao mesmo." -----
----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a alteração dos Anexos I e II do contrato de cessão de exploração, mediante celebração de Adenda ao mesmo. -----
----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

3- DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 – SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 – Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 21 de junho de 2018, que apresenta os seguintes valores/total de disponibilidades: -----
----- De operações orçamentais: 2.147.934,77 € (dois milhões cento e quarenta e sete mil novecentos e trinta e quatro euros e setenta e sete cêntimos); -----
----- De operações não orçamentais: 149.934,87 € (cento e quarenta e nove mil novecentos e trinta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos), num total de 2.307.815,30 € (dois milhões trezentos e sete mil oitocentos e quinze euros e trinta cêntimos). -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

3.1.2 – FAM – Fundo de Apoio Municipal – Transferência de verbas

----- Foi presente um ofício do FAM – Fundo de Apoio Municipal, a comunicar que, com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2018, foi alterado o artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios, para um montante total de €417.857.175,00. Através desta alteração, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social ajustados em conformidade. -----

----- Como tal, torna-se necessário promover o acerto dos registos contabilísticos entre as partes envolvidas, pelo que, vem informar da contabilização a efetuar pelo Município de Pampilhosa da Serra, no valor de €22.100,21, referente a 2018.-----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, o montante de €22.100,21 . -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 – SERVIÇOS JURÍDICOS

4.1.1 – Protocolo de Colaboração – Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- Na sequência do ofício com registo de entrada nº 7317, de 29/05/2018, remetido pelo Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra a solicitar a atribuição de um subsídio, destinado a comparticipar a prossecução das ações desenvolvidas no âmbito das atividades contempladas para o ano 2018, em que algumas das quais já foram inclusivamente realizadas, designadamente o "Cortejo de Carnaval". -----

----- Assim, em cumprimento das orientações de V.Exª e do seu Despacho proferido em 14/06/2018 à Divisão Financeira, é anexada à presente a cabimentação pelo valor de € 8.000,00 (oito mil euros) e submete-se à apreciação de V.Exª a minuta de Protocolo de Colaboração infra, com vista a atribuição de apoio financeiro, destinado a comparticipar a prossecução das atividades estatutárias do Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra. -----

----- Sugere-se que a minuta do presente Protocolo seja submetida à apreciação e deliberação do Órgão Executivo Autárquico e que sejam conferidos poderes ao



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Senhor Presidente para assinatura do mesmo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do Protocolo em questão, cujo objeto consiste na atribuição de apoio financeiro no montante de € 8.000,00 (oito mil euros) ao Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra, destinado a apoiar o seu funcionamento na prossecução das suas atribuições estatutárias. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinatura do mesmo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.1.2 – Manifestação de vontade em efetuar a venda ou doação de prédios rústicos, todos sítios na Freguesia de Portela do Fojo-Machio

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- Considerando o teor do e-mail remetido pela D. Emília Silva Gaspar, em representação de sua irmã e sobrinhos, Herdeiros de Américo Rodrigues Carvalho, falecido em 20/10/2016 (NIF de Herança: 743.595.327), com registo de entrada nº 8279 de 15/06/2018, manifestando vontade em efetuar a Venda ou Doação ao Município de Pampilhosa da Serra, caso se verifique que os mesmos não têm valor comercial, serve a presente para informar que: -----

----- Após várias pesquisas efetuadas junto do serviço de finanças, bem como, a informação adicional prestada via e-mail pela Requerente, apurou-se que os prédios se situam todos na Freguesia de Portela do Fojo-Machio, não são contíguos, totalizam uma área de 12.070 m², encontrando-se inscritos na matriz sob os artigos nºs: 2549; 3693; 3731; 3853; 3873; 3885; 3969; 4075; 4469; 4769 e 4919, com o valor patrimonial total de 100,77€. -----

----- Assim, anexam-se as cadernetas prediais dos terrenos em causa, a fim de ser decidido se a compra ou a aceitação de Doação, traz algum benefício para a prossecução dos fins do Município. -----

----- Tendo em conta o disposto nas alíneas g) e j) do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, atenta a sua atual redação, é competência da Câmara Municipal: "Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG", bem como "aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário", assim, sugere-se que a tomada de decisão seja efetuada pelo Executivo."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade não aceitar a venda ou a doação dos prédios rústicos supramencionados. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

5 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

6 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

7 – DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.1 – DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.1.1 – Proposta de Candidatura “Melhores Municípios para Viver 2018: Projetos para serem Vividos”

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa do seguinte teor: -----

----- O M2V é um concurso de âmbito nacional que dá a conhecer projetos que promovem e fomentam a Qualidade de Vida nos Municípios Portugueses, com o objetivo de reconhecer e premiar o que as autarquias têm desenvolvido para melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes e todos os apoios que têm sido facultados para o desenvolvimento das economias locais. -----

----- Em 2017 o Município de Pampilhosa da Serra venceu o concurso “Os Melhores Municípios para Viver” (M2V), na categoria “Domínio Social”, com o Programa “Conversas de Avós”. -----

----- Com o intuito de continuar a fomentar a importância da Qualidade de Vida como fator de desenvolvimento local, social e económico dos municípios, o INTEC promove em 2018 uma nova edição dos “Melhores Municípios para Viver – Projetos para serem vividos”. Esta edição foca-se numa vertente prática e de execução de projetos inovadores, com um maior impacto real no bem-estar dos munícipes, nas diferentes dimensões da QdV. -----

----- As candidaturas estão abertas até 29 de junho de 2018, implicando o pagamento de uma inscrição, no montante de 1.400,00 € (mil e quatrocentos euros), mais IVA, por cada projeto submetido. -----

----- Assim, tendo em conta a ação do Município de Pampilhosa da Serra ao nível do desenvolvimento local e atendendo ao caráter inovador do programa de apoio à natalidade “A Minha Primeira Ajuda”, bem como ao impacto que este tem causado nas famílias pampilhosenses, propõe-se a sua candidatura a este concurso, enquadrado na área social, de acordo com o regulamento anexo à presente informação.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e, tendo em conta a informação dos Serviços Financeiros da



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Autarquia, transferir para o INTEC – Instituto de Tecnologia Comportamental, o montante de 1.400,00 € para efeitos de inscrição da referida candidatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.1.2 – Pedido de apoio técnico da Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata, no âmbito do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa do seguinte teor: -----

----- “ A Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata e a Associação Dignidade assinaram, no dia 27 de março, em Pampilhosa da Serra, dois protocolos de colaboração, com vista a operacionalizar o Programa abem: Rede Solidária do Medicamento. -----

----- O Programa abem: Rede Solidária do Medicamento tem por objetivo garantir o acesso ao medicamento ambulatorio por parte de qualquer cidadão que, em Portugal, se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica. -----

----- O abem: Rede Solidária do Medicamento tem como destinatários, em geral, os indivíduos beneficiários de prestações sociais de solidariedade mas, igualmente, todos os que se deparem com uma situação inesperada de carência económica resultante de desemprego involuntário, de doença incapacitante e de outras situações de carência, nomeadamente as decorrentes dos incêndios de 2017. -----

----- Atenta às situações de carência e vulnerabilidade económica, a Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata aderiu a este programa solidário, com o propósito de contribuir para a melhoria das condições de acesso à saúde das populações do concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A preparação e a execução operacional do programa ficam a cargo de uma equipa composta por quatro elementos, sendo dois designados pela Dignidade e dois designados pela Fundação. -----

----- Assim, tendo em conta a dificuldade da Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata na designação dos dois elementos a seu cargo, solicita esta o apoio do Município através da disponibilização de dois técnicos para o efeito, colocando-se à consideração e aprovação da Câmara Municipal, a designação das Técnicas de Serviço Social Verónica Marques e Célia Nunes.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

7.1.3 – Atualização das Normas de Participação e Funcionamento da XXI Feira de Artesanato e Gastronomia 2018 – Gastronomia/Tasquinhas

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “As Normas de Participação e Funcionamento da XXI Feira de Artesanato e Gastronomia 2018 – Gastronomia/Tasquinhas, foram aprovadas em reunião de Câmara de 28 de maio de 2018. -----

----- Face à alteração do local de realização do certame, verifica-se a necessidade de se proceder a algumas alterações na sua redação que, apesar de pontuais, implicam a atualização do documento, que se junta em anexo para aprovação.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.1.4 – Atualização das Normas de Participação e Funcionamento da XXI Feira de Artesanato e Gastronomia 2018 – Artesanato e Produtos Endógenos/Gastronómicos

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “As Normas de Participação e Funcionamento da XXI Feira de Artesanato e Gastronomia 2018 – Artesanato e Produtos Endógenos/Gastronómicos, foram aprovadas em reunião de Câmara de 28 de maio de 2018. -----

----- Face à alteração do local de realização do certame, verifica-se a necessidade de se proceder a algumas alterações na sua redação que, apesar de pontuais, implicam a atualização do documento, que se junta em anexo para aprovação.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.2 – EDUCAÇÃO

7.2.1 – Pagamento de Refeições 1º Ciclo/Pré-Escolar – Férias

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando que as refeições escolares das crianças do pré-escolar e dos alunos do 1º ciclo do ensino básico público constituem matéria da competência dos Municípios de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 399-A/84, de 28 de dezembro e na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi celebrado em 02 de agosto



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

de 2017, com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEstE, Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares às crianças da Educação Pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico da Escola Básica e Secundária de Pampilhosa da Serra, referente ao ano letivo de 2016/2017 e renovando-se automaticamente para os anos seguintes. -----

----- O valor da comparticipação das refeições que é da responsabilidade do Município, é pago diretamente à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEstE, através de uma plataforma (REVASE). No entanto verificou-se que na referida plataforma não constava para pagamento as refeições consumidas pelas crianças da Educação Pré-escolar e dos alunos do 1º Ciclo, referente às interrupções letivas. -----

----- Após contacto com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEstE e com o Agrupamento de Escolas, Escalada de Pampilhosa da Serra, concluímos que as referidas refeições já tinham sido incluídas por lapso em atividades pontuais do Agrupamento e pagas à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEstE. ----

----- Tratando-se de refeições requisitadas pelo Município, para as crianças que participaram nas atividades levadas a cabo pela Ludoteca Pampilho, nos períodos de 01 a 13 de setembro /2017, de 18 de dezembro/2017 a 02 de janeiro/2018 e de 26 de março/2018 a 06 de abril/2018, submete-se à consideração superior autorização para proceder ao pagamento das mencionadas refeições ao Agrupamento. -----

----- Mais informo, que o valor total é de 1.382,41 € (mil trezentos e oitenta e dois euros e quarenta e um cêntimo).” -----

---- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.3 – AÇÃO SOCIAL

7.3.1 – Proposta de parceria com a RuralVive-Agência para o Desenvolvimento Rural, no âmbito do Programa “Empreende”

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: ---

----- “No âmbito do combate à desertificação e revitalização do concelho, o Município de Pampilhosa da Serra realizou um apelo à plataforma europeia “Social Challenges 2017”, ao qual a RuralVive respondeu com um projeto social inovador. --

----- A RuralVive – Agência para o Desenvolvimento Rural é uma cooperativa sem fins lucrativos, vocacionada para combater a desertificação dos territórios de baixa densidade, permitindo contribuir para uma maior interação da economia com o território, apostando no reforço da atratividade e da competitividade territorial e urbana, na promoção da capacidade de iniciativa e de empreendimento e no incentivo à criatividade e à inovação (social, tecnológica e organizacional). -----

----- Deste modo, a RuralVive irá implementar, num período de 6 meses, o



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

programa "Empreende". Trata-se de um programa que não envolve custos para a Autarquia e que visa capacitar potenciais empreendedores, ativos ou desempregados, através de formação específica, bem como capacitar técnicos do Município para que seja possível dar continuidade ao programa após o término da candidatura, que será no final do ano de 2018. -----

----- Informa-se ainda que a candidatura visa também o acompanhamento personalizado, com realização de reuniões de acompanhamento para que seja possível diagnosticar ideias de negócio passíveis de serem transformadas em projetos sustentáveis para o Concelho em áreas como o turismo rural, o artesanato, entre outras, através do apoio à elaboração de candidaturas a soluções financeiras, como o microcrédito. -----

----- Refira-se que no conjunto de ações contempladas pelo programa, prevê-se também a sua divulgação junto da população do litoral, nomeadamente através da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, com a proposta de realização de duas Conferências de Informação: uma dirigida aos associados da Casa do Concelho em Lisboa e outra dirigida à população residente de Pampilhosa da Serra. -----

----- Tendo em conta a necessidade de se formalizar a implementação do Programa, coloca-se à aprovação da Câmara Municipal a elaboração de uma parceria, através de uma Carta de Compromisso, onde constem os objetivos e as ações do programa EMPREENDE e da entidade dinamizadora RuralVive, a data de início e de fim do Projeto e ainda a indicação dos Técnicos da Autarquia que ficarão responsáveis pela sua coordenação a nível local." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.3.2 - Apoio no pagamento da mensalidade - Residência de Estudantes

----- A Câmara Municipal deliberou retirar o assunto em questão da Ordem de Trabalhos, a fim de complementar a informação. -----

7.3.3 - Pedido de isenção AAAF (Atividades de Animação e de Apoio à Família) e refeições

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: ---

----- " No âmbito do atendimento social ao agregado familiar do Sr. João Martins, de Pampilhosa da Serra e atendendo às dificuldades económicas presentes, venho por este meio solicitar um pedido de isenção das atividades de animação e apoio à família e refeições, para o seu filho Martim Martins, para o mês de julho e agosto, com efeitos a 1 de julho de 2018. Em anexo, a informação social para clarificar a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

situação económica e familiar do agregado." -----
 ----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.3.4 – Pedido de isenção de pagamento do Programa de Tempos Livres – JULHO EM AÇÃO

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: ---
 ----- " No âmbito da participação das crianças abaixo identificadas no Programa JULHO EM AÇÃO, e atendendo à situação socioeconómica das mesmas, solicita-se a isenção de pagamento do valor da inscrição (10 €) e do programa de tempos livres (21 €) a fim de terem uma resposta em período de férias letivas." -----

NOME	LOCALIDADE	PEDIDO DE ISENÇÃO
João Silvino Ferreira Martins	Souto do Brejo	Inscrição (10€) Programa (21€)
Lara Isabel Gomes Marques	Barroca Grande	Inscrição (10€) Programa (21€)
Lara Sofia Henriques Oliveira	Bogas de Cima	Inscrição (10€) Programa (21€)
Dinis Afonso Marques Oliveira	Bogas de Cima	Inscrição (10€) Programa (21€)
Daniela Ramos de Lima	Aldeia de São Francisco de Assis	Inscrição (10€) Programa (21€)
Henrique Ramos de Lima	Aldeia de São Francisco de Assis	Inscrição (10€) Programa (21€)
Diana Margarida Leitão Martins	Dornelas do Zêzere	Inscrição (10€) Programa (21€)
Tânia Patrícia Leitão Martins	Dornelas do Zêzere	Inscrição (10€) Programa (21€)

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.3.5 – Proposta de Escalões – Ação Social Escolar 2018/2019

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: ---
 ----- " À semelhança de anos anteriores, venho por este meio apresentar proposta de escalões para avaliação dos processos de Ação Social Escolar para o ano letivo de 2018/2019: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Rendimento *per capita* até 200,00€ - **Isenção** -----
----- Rendimento *per capita* de 200,01€ a 300,00€ - **50%** -----
----- Rendimento *per capita* superior a 300,01€ - **Indeferimento** (salvo algumas exceções devidamente fundamentadas). -----
----- À consideração superior." -----
----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

III – PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Senhor Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, que a redigi e subscrevi. -----




